

Dilemas da Globalização: a falácia da integração dos periféricos

Prof. Linoberg Almeida
Departamento de Ciências Sociais/ UFRR
Pesquisador LASTRO/ UFSC

Resumo

O objetivo principal deste trabalho é analisar como se dá a continuidade da consolidação do Mercosul e da dita evolução da globalização no conjunto da política externa brasileira. Isto é, como se desenvolve o processo decisório baseado em possibilidades de integração a uma economia globalizada que contemplan basicamente fatores econômicos deixando em segundo plano aspectos como soberania e legitimidade. A partir do cenário em questão e de conceitos como hegemonia, sistema-mundo e imperialismo discutimos a possibilidade para que se construa uma nova composição de forças que possibilite uma outra orientação política fruto da vontade coletiva resultando lutas sociais que gerem ações políticas diferentes das presentes atualmente nos discursos do governo brasileiro.

Palavras-chave: Integração Regional, Sistema-mundo, Globalização.

Abstract

The main objective of this research is to analyse how the Mercosur consolidation process, the growing relation with other countries and the current moment of the globalization is part of the Brazilian foreign politics. That is, analyse how the decision making process develops itself, based on the integration possibilities in a named global economy that deals basically with economic aspect, leaving aside sovereignty and legitimacy. From the plot above and concepts like Hegemony, World-system, and Imperialism we discuss a possible way-out to build a new forces composition that could bring a new political orientation, part of a group will, result of social movements. We mean, political actions that differ from the ones presented by the Brazilian government.

Key words: Regional Integration, Globalization, World-System.

1. Introdução

O longo século XX terminou com a tentativa de adoção generalizada da tese segundo a qual o processo de globalização dos mercados se imporá por toda

parte, independente da política que tal ou qual país possa adotar. É como se tratássemos de mais um imperativo, uma imposição da sociedade moderna ou da pós-modernidade. O que se assiste neste início de século é a "soberania do mercado", velha expressão cunhada pelos formuladores clássicos da economia política, em que há entre mercados e o conseqüente desmoronamento dos atuais sistemas estáticos de enquadramento das atividades econômicas.

O resultado é a produção de mudanças estruturais importantes que se traduzem por uma crescente concentração de renda e formas de exclusão social que se manifestam em todos os países. Essas conseqüências negativas têm sido mesmo apresentadas como sendo precondições para uma nova forma de crescimento econômico cujos contornos ainda não estão definidos.

Isso quer dizer que vivenciamos desde o final do século passado o mercado como uma nova forma de organização social total, em que se aprofunda uma era de transição e incertezas. O processo atual de globalização a que se assiste, desarticula a ação sincrônica das forças que asseguram o dinamismo dos sistemas econômicos nacionais. Para IANNI (1995, p. 94), "todos os níveis da vida social, em alguma medida, são alcançados pelo deslocamento ou dissolução de fronteiras, raízes, centros decisórios, pontos de referência". Quanto mais as empresas se globalizam, mais elas escapam à ação reguladora do Estado e mais tendem a se amparar no mercado externo para crescer. Ao mesmo tempo, as iniciativas dos empresários tendem a escapar ao controle das instâncias políticas e jurídicas. Há um retorno ao modelo do capitalismo mercantilista cuja dinâmica baseava-se nas exportações e nos investimentos externos. Nesse aspecto, o Mercosul, como modelo de integração, se enquadra perfeitamente na lógica capitalista de exportações e de investimentos estrangeiros.

A premissa básica da teoria neoliberal afirma que a pobreza tende a se reduzir com o crescimento econômico, principalmente se esta for acompanhada de reformas estruturais como a da previdência, a desregulamentação da economia, a privatização e a abertura econômica. Os dados para o qual baseamos a pesquisa indicam que a liberação econômica e a globalização têm deteriorado a distribuição de renda na América Latina. BERRY (1997) mostra que nos últimos vinte e cinco anos a aplicação de medidas de liberalização econômica tem estado associada às deteriorações na distribuição de renda na América Latina, o que tem provocado efeitos desfavoráveis sobre a equidade em vários países da região.

Devemos acrescentar a este cenário o momento que o Mercosul, isto é, Brasil, Argentina e seus parceiros, experimentam desde 1999, período mais conturbado desde sua criação em 1991. A partir da segunda metade de 1998, o quadro internacional caracteriza-se por instabilidades e incertezas próprias do avanço do capital financeiro. O governo brasileiro muda radicalmente seu sistema cambial acabando com o câmbio fixo, deixando-o flutuar nem tão livremente como se alardeava, o que resulta numa maxidesvalorização do real em relação ao dólar

norte-americano; desdobramento da crise brasileira que continua tendo impactos sobre as economias dos demais Estados-membros do Mercosul.

Nesse contexto, as autoridades argentinas adotam medidas que variam tanto quanto o humor no referente às importações brasileiras. E o mesmo comportamento tem o Brasil. Diante disso, alguns especialistas acenam até com fim do Mercosul, enquanto esforço de integração econômica da região. Não obstante, todas essas dificuldades, as autoridades do Mercosul e seus membros associados continuam a manifestar suas convicções de o bloco ser capaz de oferecer respostas eficazes aos desafios que se apresentam nesse período de desaceleração do crescimento econômico.

Neste quadro torna-se mister examinar como, com as especificidades contidas na continuidade da formação do Mercosul e ampliação de suas relações com o dito mundo globalizado, desenvolve-se o processo decisório como principal aspecto de uma estrutura institucional. Isto é, analisar as possibilidades de integração de um bloco regional em uma economia globalizada, que contemple o desenvolvimento de forma integrada e não somente o crescimento econômico, interagindo assim, retórica e práxis, o que parece descompassado.

O Mercosul, resguardando as diferenças de escalas e assimetrias, reflete os acontecimentos e as tendências presentes no contexto internacional. Contudo, acredita-se que o grande desafio é contribuir para esclarecer se os processos de regionalização e globalização são contraditórios ou complementares, ou ainda, se certos movimentos de regionalização funcionam como estratégias defensivas de determinados grupos de países que buscam, além de um melhor posicionamento, se abrigar das mazelas prevalentes na atual financeirização mundial. Portanto, a premissa a ser testada é saber se diante da globalização como questão política, ainda faz sentido pensar em bloco regional a partir da premissa de Prebisch (1951) exaltando a necessidade de reforçar um mercado regional latino-americano.

Para isso, desenvolvimento deve ser entendido não apenas por indicadores macroeconômicos, mas também pelos frutos de um projeto de integração bem definido que incorpore parcela considerável da população no padrão de vida estabelecido pelo capitalismo. Portanto, desenvolvimento não pode ser confundido com crescimento econômico nem pode ser visto como uma etapa, em que subdesenvolvimento pode ser superado pelo simples crescimento econômico. O conceito de desenvolvimento é mais amplo, é um processo, um estilo de desenvolvimento que permite incorporar transformações sociais aos padrões de convivência humana de uma sociedade que seja democrática e com igualdade.

Assim, é fundamental a compreensão das formas e controvérsias presentes nas relações entre países latino-americanos. Entende-se que a formação de um bloco regional passa por avanços e retrocessos, e que esses sejam refletidos dialeticamente, em um processo de mudanças. Precisar estas transformações da realidade e definir uma verdadeira integração regional envolve a compreensão

das particularidades econômicas e políticas que imergem na América Latina.

O Mercosul significa uma mudança radical que vai ao encontro das especificidades de um mundo globalizado em que regras econômicas, políticas e sociais são ditadas pelo neoliberalismo. Essa postura ideológica leva a acreditar que os países membros do Mercosul só sairão do atraso econômico e social com a aplicação de políticas de ampliação dos espaços de valorização do capital privado mediante a privatização, a abertura comercial e financeira, a desregulamentação econômica e flexibilização do trabalho.

Há também uma corrente que entende a formação do bloco como sendo um contraponto ao processo de globalização. Seria um mecanismo de resistência, de conformação de um bloco econômico que se fortaleceria aproveitando as vantagens competitivas de cada país-membro para contrapor-se à avalanche do capital representado pela globalização ou mesmo pela formação de blocos regionais como a ALCA, ou tentativas que possam parecer crise de identidade do Governo Lula ao tentar aproximação com países africanos e asiáticos na busca de um novo eixo de ação internacional.

Há uma compreensão que a globalização implica uma mudança histórica fundamental na escala das organizações econômicas e sociais contemporâneas. Ela não se constitui em uma condição singular, mas em um processo multifacetado em que o crescimento da interconexão global alcança todos os domínios institucionais da vida moderna como o econômico, o cultural, o político, o cultural, o tecnológico, o social, embora cada um perceba impactos diferenciados. Então, a globalização é indissociável da intensificação das relações de poder entre nações desiguais, hierárquicas e estratificadas. Mesclam-se, portanto, tensões, singularidades e universalidades.

Essé é o contexto em que estamos postos em desafio sendo fundamental trabalhar a globalização através de atributos e considerações que possam desvendar o Mercosul não como simples processo de fluxo de mercadorias, mas ir além dos Estados-nação, através de mudanças na forma espacial da atividade e organização humana e social inseridas no processo decisório do sistema-mundo.

Assim, o Mercosul é visto como um modelo em que se aplicam critérios de crescimento economicista e não de desenvolvimento, desprezando o social e o político, como se esses devessem vir a partir da melhoria dos indicadores econômicos. Nesse sentido, os estudos da integração vigentes, em sua maioria, condizem com interpretações de cunho econômico. A comparação de como e com que conceitos é discutida a incorporação do caráter político na conformação dos sistemas de integração permitem compreender melhor o significado das diferenças e igualdades no processo de integração de Estados-nação.

Entender essa dinâmica envolve a construção de uma sociologia da integração que contemple uma dimensão geral e que integre a proposta de integração do Mercosul e seus desafios, não só na descrição, mas também no

modelo de interpretação e aportes teóricos que averigüem em que medida o Mercosul pode ser inovador e qual o futuro havendo prosseguimento do mesmo. Envolve um debate em torno do formato institucional, dos recursos jurídico-políticos a serem empregados e o sistema decisório a ser adotado, contrapondo-se a isso o avanço cauteloso através da negociação de mínimo denominador comum e pelo desenvolvimento do processo controlado pela agenda oficial dos respectivos governos; ao lado do institucionalismo supranacional que pressupõe a participação ativa de interesses transnacionais e uma burocracia que determina uma lógica expansiva.

Dessa forma, os desafios das mudanças no quadro mundial apontam para uma questão básica para a região latino-americana. Se o modelo de substituição de importações está esgotado; se um maior grau de dependência, através de um posicionamento mais competitivo no mercado internacional é necessário; e se a globalização, o imperialismo como recolonização, a regionalização e o protecionismo são partes integrantes do novo cenário internacional, então a solução dessas questões não se resume a uma adequação a essas transformações. A questão fundamental é como os países da América Latina, em especial do Mercosul, podem transformar-se internamente para poder responder aos desafios do novo cenário internacional.

2. Avanço econômico X degradação social

É de se notar que grande parte das análises efetuadas pelos defensores do neoliberalismo oculta a separação do econômico e do social, como adverte POLANYI (1980, p. 197) não ser "possível uma economia de mercado separada da esfera política". Esta separação só traz consigo o desemprego e exclusão crescentes, tanto em nível individual quanto em regiões, continentes e Estados que se submetem a tal política.

A história recente dos países periféricos da América Latina revela os efeitos devastadores da competição internacional. O esquema centro-periferia em sua fase clássica, dentro da divisão internacional do trabalho, apesar de superado hoje em dia em sua forma tradicional de produtos primários da periferia para os países capitalistas centrais e produtos industrializados do centro para a periferia, ainda guarda vestígios na estrutura. A dependência tecnológica, financeira, comercial e de investimentos ainda se mantém forte nos periféricos, inviabilizando uma maior emancipação do Hemisfério Sul.

Sob essas condições, compreende-se a lenta consciência nacional ocorrida nos países da América Latina, em que as elites dirigentes procuram defender seus interesses, espelhando-se nos modelos políticos e econômicos do neoliberalismo. Portanto, as elites continuam subordinadas aos acontecimentos internacionais, não apoiando projetos independentes para seus países.

talvez com a retomada do debate sobre desenvolvimento e o desgaste da proposta neoliberal, emerja a proposta de desenvolvimento integral, na busca da execução de projetos nacionais integrados, direcionados para a emancipação nacional e a minoração das assimetrias entre os países latino-americanos. Quais as possibilidades dessa via sob os limites do sistema-mundo capitalista? Esta questão não merece ser negligenciada.

Os impactos da globalização nas economias nacionais já estão mais que evidentes nesse novo milênio. Os governos nacionais perderam o controle sobre a política de empréstimos e fluxo de capitais, reverenciando organismos internacionais que definem as políticas de interesse dos países centrais e dos grupos industriais e financeiros. Além disso, agrava-se a concentração de riqueza e de exclusão social.

A periferia do sistema capitalista vê possibilidades e espaços políticos serem apreendidos pelas forças hegemônicas articuladas em instituições ou corporações mundiais, as quais ditam limites das reformas econômicas, políticas e sociais, destacando as formas e atos do Estado. O Estado-nação se enfraquece não apenas do ponto de vista social, dado limites fiscais e orçamentários, com sua política de bem-estar, mas também perde seu poder para definir e coordenar os investimentos e sua capacidade de determinar as linhas das políticas macroeconômicas. Isso torna o Estado-nação importante como agente de desenvolvimento econômico e de coesão num clima contundente e conflitivo.

Em tempos de globalização, a América Latina, e particularmente, os países-membros do Mercosul, continuam a desenvolver-se de modo fragmentário e contraditório, impondo a modernidade. Sobrevivem do capital financeiro, da concentração de renda e poder na mão de poucos privilegiados.

Assim, o Mercosul pode ser algo que subsiste e se desenvolve em meio às diversas modalidades de modernização, de correlação de forças. Cabe reconhecer que a globalização, do modo posto, está determinada pela racionalidade do capitalismo, do mercado e não do desenvolvimento, da emancipação e das coletividades. Os horizontes históricos e teóricos põem em questão o Mercosul e as noções de economia nacional, desenvolvimento econômico nacional, dependência, imperialismo, bilateralismo e multilateralismo que merecem destaque neste processo de pensamento científico aqui proposto.

É evidente que unir Brasil, Argentina, África do Sul ou qualquer outro país em desenvolvimento ou subdesenvolvido em blocos não se consolidará como Comunidade Regional devido aos limites impostos ao real papel governamental no processo decisório da integração, em face do evidente caráter priorizado de mercado, em especial se forem mantidas as políticas econômicas de cunho neoliberal, consagrado pela dependência ao capitalismo financeiro internacional. Não há uma política de coesão econômica, política e social em direção a uma verdadeira integração de países, tratando os dois últimos de modo marginal.

O Mercosul, como união aduaneira incompleta, está a completar treze anos como resposta sul-americana ao futuro das relações internacionais mesmo passando por crises e incertezas. Tem-se como êxito o aumento do intercâmbio comercial e o fortalecimento da capacidade de negociação internacional de seus países-membros, mas controvérsias emperram e estagnaram o seu desenvolvimento.

Isso acontece porque as negociações no caso Mercosul estão sujeitas à influência simultânea de diversos fatores, determinados tanto pela dinâmica da economia internacional quanto pelas políticas externas e domésticas de cada um dos países envolvidos no acordo. Portanto, o desenvolvimento do Mercosul deve ser apresentado em várias dimensões, podendo vinculá-lo aos planos de estabilização e reestruturação de seus maiores países – Brasil e Argentina ou a tendências estratégicas como a aproximação dos países a parceiros diferenciados em momentos distintos.

Mesmo com todos seus problemas e instabilidades internas, este bloco em questão segue sendo um cobiçado mercado para as duas maiores potências econômicas do planeta, os Estados Unidos e a União Européia (UE). Ambas estão em fase decisiva de negociações sobre livre comércio com o Brasil e seus parceiros.

O Brasil tem buscado uma aproximação com a União Européia para resolver pendências no setor agrícola como os altos subsídios pagos que dificultam o acesso de produtos agroindustriais na Europa. E a Argentina, que atravessa uma crise institucional grave desde a desvalorização do real em 1999, tem que se relacionar com quem financia suas dívidas em detrimento ao avanço do Mercosul, favorecendo a sua relação com os Estados Unidos que desde 1997 buscam a aceleração da Área de Livre Comércio das Américas como um bloco que acomodaria um mercado de crescimento potencial apesar de seu pequeno volume comercial, distanciando o mesmo da União Européia.

Um problema das uniões aduaneiras é não levar em conta as disparidades, heterogeneidades. Desse modo, ignora-se como se comporta o sistema econômico quando se libera um mercado infestado de distorções intrínsecas. Os conflitos originados intermitentemente geram momentos de inviabilidade que buscam mecanismos para compensar os efeitos.

A falta de políticas conjuntas conduz a desigualdades regionais agravadas, já que se tratando de uma integração de livre mercado, os pólos de desenvolvimento acabam por atrair capitais continuamente, aprofundando desigualdades regionais e sociais. Decorre daí que a política de Estado não transcende aos tratados e acordos. Inclua-se a isso, a tendência de vulnerabilidade externa que se submetem os países do Mercosul. Essa vulnerabilidade se traduz em baixa capacidade de resistência frente à influência de fatores desestabilizadores externos, choques ou transformações no sistema mundial.

Duas variáveis apontam para tal vulnerabilidade. A primeira é o déficit da

balança comercial. Esse déficit sinaliza uma perda de competitividade internacional, de geração de divisas estrangeiras fundamentais para aumentar a poupança interna do país. Duas razões fundamentais do déficit desses países são a queda dos preços das commodities no mercado internacional e a depreciação cambial. Esses dois elementos têm reduzido substancialmente as exportações e aumentado as importações dos países.

Outra variável de vulnerabilidade é o saldo deficitário em conta corrente. A avaliação dos governantes dos países da região aponta esse saldo como não problemático, pois ele pode ser financiado por investimentos estrangeiros. Dessa maneira, os países com déficit trocam a poupança interna pela externa. O problema surge quando os fluxos internacionais de capitais deixam de ser direcionados para um país específico ou região. O país hospedeiro do capital estrangeiro fica vulnerável porque pode ficar sem a poupança externa além de ter sacrificado a poupança interna, sem contar que a entrada de capital estrangeiro agrava a despesa na conta de serviços com o pagamento dos juros da dívida externa ou remessa de lucros e dividendos ao exterior.

Logo, a vulnerabilidade externa deve ser levada em consideração, principalmente em economias inseridas internacionalmente na globalização financeira, em que o movimento internacional de capitais e o cenário internacional são voláteis em excesso. A estabilização do nível de preços desses países é implementada e ajustada em uma profunda e ampla articulação com o sistema financeiro internacional.

Deve-se pensar o Mercosul como expressão determinante de forças econômicas, políticas e sociais que impulsionam o processo de integração e não apenas como forças de natureza essencialmente econômicas. A experiência européia é impulsionada politicamente desde o seu início, com o Tratado de Roma (1957), por uma preocupação que vai além da resolução de problemas comerciais momentâneos.

Nota-se, no caso das economias latino-americanas, em especial as dos países-membros do Mercosul, que a elevada vulnerabilidade e incertezas agravam a situação macroeconômica. A vulnerabilidade externa complementa a falta de soberania nacional, debilitando a possibilidade dos governos realizarem sua própria vontade, sua política econômica.

Mesmo que em um primeiro olhar tudo pareça sem rumo certo, há uma luz no fim do túnel. Mesmo o que aqui percorrido venha a demonstrar que o processo de integração do Mercosul, ao contemplar basicamente aspectos relativos a economia e comércio, e relegar as políticas sociais a segundo plano ou ao nível do discurso distanciado da prática política efetiva, ainda assim, existem rumos que insiram o Brasil num papel mais ativo na lógica do sistema-mundo.

Talvez fique confirmado nestas páginas que sem uma coesão econômica e social, esse processo de consolidação de blocos econômicos, tanto Mercosul

quanto Alca, ou qualquer tentativa de unir desiguais como iguais, corra o risco de repetir o fracasso de experiências de outrora como ALALC e ALADI. A motivação econômica tem se sobreposto às percepções de ordem social. Isto posto, ao tempo que a experiência de integração européia avança para formas mais elaboradas de relações sociais, sustentadas por uma teia de proteção gerida e sustentada também pelo governo, o Mercosul é levado a recuar e precarizar para ajustar-se ao arcaico capitalismo favorecendo a estabilidade da moeda a custo de sacrifícios de uma parte da sociedade. O foco ilumina a globalização, a competitividade, o mercado e enfraquece a igualdade, a justiça, o cidadão.

Somos todos convidados a participar de um mundo em que a ação deve estar limitada por restrições impostas pela falta crônica de recursos e pelo andamento dos mercados. Aponta que o século que ficou para trás e o que já vivenciamos é violentado pelos ideais do pensamento único, da ideologia globalitária, da ferrenha necessidade de mostrar como inevitável lutar contra a submissão, como se nos moldássemos facilmente ao individualismo americano, conforme exposto por Valladão (1995). O fim da história é uma leitura mais que precipitada do momento dos Estados Unidos como hegemonia, pois a história não parou e nem vai parar.

Gramsci concebe o capitalismo como modo de produção e processo civilizatório num universo de mundialidade. Entende a realidade a partir de uma concepção dinâmica da história, isto é, assimilando o movimento dos processos, não devendo caber a nós entender tal momento como sendo o "fim da história", mas o momento do desenvolvimento do processo civilizatório maior, num certo estágio da evolução histórica, de unificação ideológica das massas sob diretrizes simbólicas tendentes à dinamização de uma sociedade cada vez mais globalizada (MELLO, 1996).

3. Inconclusões

Basta olharmos com atenção aos dois únicos momentos em que, segundo FIORI (2004 a, p. 23), na história do sistema internacional em que existiu, de fato, um país com liderança mundial indiscutível: o período de hegemonia inglesa durante a maior parte do século XIX; e o período da hegemonia norte-americana, depois da II Guerra Mundial, sobretudo entre 1945 e 1973, para percebermos que o fim ainda é distante e o sistema-mundo reinventa-se com uma facilidade incrível. Mesmo enfrentando situações diferenciadas e gerindo o poder de forma distinta.

Enquanto a Inglaterra buscou construir um império colonial baseado na reprodução da pujança econômica e militar sem que houvesse acordo coletivo, os Estados Unidos organizaram sua hegemonia a partir de um conjunto de regimes e instituições multilaterais constituído na aceleração do poderio militar americano, alimentado pela guerra fria. Como diz Gramsci, "é preciso levar em consideração

que com as relações internas de um Estado-nação se entrelaçam as relações internacionais, criando novas combinações originais e historicamente concretas. Uma ideologia, nascida em um país mais desenvolvido, difunde-se em países menos desenvolvidos, incidindo no jogo local das combinações” (MELLO, 1996, p. 35).

Vale lembrar como explicitado anteriormente que a relação dinheiro e poder, dinheiro e estado, isto é, poder monetário e poder estatal criam uma incapacidade dos governos gerirem de modo soberano o desenvolvimento de seus países transferindo força e grande parte do processo decisório para o privado.

Quando abandonaram as resoluções de Bretton Woods durante a crise de 1973 e passam a basear-se não mais num regime internacional e sim nas determinações do Banco Central e Tesouro (Federal Reserve) que deveriam alinhar um novo sistema monetário internacional, os Estados Unidos confirmam e consolidam, já nos anos oitenta, sua liderança mundial e promovem a abertura e desregulamentação das economias nacionais, o livre comércio e a convergência de políticas macroeconômicas. Mantiveram e expandiram força militar, cultural, tecnológica e financeira. Apesar disso, o mundo viveu período de instabilidade e recessão afetando, por exemplo, em menor escala, China e Estados Unidos e, com efeito retardado, os Tigres Asiáticos.

Nos anos noventa, o sistema mundial viu o superestado norte-americano não conseguir criar estabilidade na economia mundial, nem crescimento significativo como defendiam realistas e liberais. O que se viu foram guerras em número crescente e uma ampliada distância em direção contrária a governança mundial. Para FIORI, “toda hegemonia foi e sempre será uma posição transitória de poder, alcançada e mantida por meio da guerra, que se perpetua, por isso mesmo, também nos períodos em que o mundo esteve ou está sob a sólida liderança de uma única potência” (2004 a, p. 16).

Deve-se considerar que, em virtude do ataque em 11 de setembro de 2001, as projeções sobre o plano internacional alteraram-se, estando os Estados Unidos agindo como superpotências e com dificuldades para fazer uso de sua força. Nas palavras de WALLERSTEIN (2003, p. 7), neste início de século XXI, os Estados Unidos estão convencidos de que com as ações no Afeganistão, a invasão do Iraque e a queda do regime de Saddam Hussein, fortaleceram-se e que sua hegemonia fora restaurada. Mas,

Entramos numa transição anárquica — a partir do nosso sistema-mundo existente para um sistema diferente. Nesta transição, como em qualquer uma, ninguém controla a situação em qualquer nível significativo, menos ainda um poder hegemônico declinante como o dos Estados Unidos. Os falcões norte-americanos podem achar que têm o vento a seu favor, mas de fato há fortes tempestades vindas de todas as direções, e o maior problema de todos os barcos será não ser emborcado — aquele dos falcões norte-americanos, mas também aqueles nossos

próprios barcos. Durará ainda um longo tempo até que os mares fiquem calmos novamente. Se o último resultado pressagia um mundo menos ou mais igualitário e democrático, isto é completamente incerto. Por outro lado, os resultados serão a consequência de como agiremos coletivamente e concretamente nas décadas vindouras.

A militarização de conflitos, a interferência em assuntos internos como as investidas na Colômbia, na instabilidade do estado democrático vivida na Venezuela e mais recentemente na crise institucional do Haiti/ insurreição haitiana que levou a destituição do presidente Jean Bertrand Aristide, revela uma agenda diplomática que representa uma mudança na dinâmica do sistema internacional.

Não há uma cumplicidade passiva dos dominados, pois os mesmos começam a se irromper com movimentos de protestos e de resistência como os que sacudiram Seattle, Washington, Bolívia, Equador, Argentina, Davos, Porto Alegre, Puebla numa disposição para defender um novo modelo social.

Vale, assim, uma nova estratégia de desenvolvimento para o Mercosul, atrelada à idéia de reforma, que vai além da conotação negativa que a mesma trás ao referir-se à mudança num cenário de continuísmo de velhas políticas econômicas e de novas ameaças como o emaranhado de acordos bilaterais que enfraquecem os países mais pobres nas negociações multilaterais. Tal estratégia está sendo usada pelos Estados Unidos para minar posturas de embate como a protagonizada pelo Brasil ultimamente. Este país precisa fazer valer sua autonomia e direito democrático, no conjunto dos movimentos anti-sistêmicos. Como aliar os movimentos político-sociais antiglobalização capitalista de fundamentação contra o neocolonialismo de modo que ultrapassem as fronteiras dos Estados-nação ainda precisa de respostas.

Os acordos bilaterais estão destruindo o conceito de nação mais favorecida (segundo o qual não pode haver discriminação entre diferentes fornecedores, isto é, se um país faz uma concessão a uma determinada nação, precisa fazer a mesma concessão para todos os países membros da OMC). Esse princípio é central para a eficiência do comércio e fundamenta a OMC. Vemos uma epidemia de acordos bilaterais. Ficamos com um emaranhado de diferentes regras de origem para decidir se um produto é chileno ou de um país que não é membro do acordo Chile-EUA ou de outros acordos bilaterais com os Estados Unidos, para determinar se o produto pode receber tratamento preferencial para entrar no mercado americano. Tarifas diferentes também se aplicam ao mesmo produto, já que diferentes acordos reduziram diferentemente as tarifas de um determinado produto.

O Brasil deve se concentrar no Mercosul, seguindo o modelo básico de integração da União Européia (que seria deveras pedagógico), e aderir à redução multilateral de barreiras comerciais. Se for para entrar na ALCA, o Brasil deve insistir em manter todas as questões não relacionadas a acesso a mercados e

comércio fora do acordo. O País precisa fazer valer sua soberania e legitimidade internacional, o que é contraditório com a ALCA. Deve discutir essas questões em contextos onde o comércio não é usado, mesmo que sutilmente, para pressionar o Brasil e outros países sul-americanos a se curvarem aos interesses dos lobbies dos Estados Unidos.

A postura nacional deve ser de respeito aos princípios das relações internacionais como independência nacional, prevalência dos direitos humanos; a não-intervenção; defesa da paz; solução pacífica de conflitos, dentre outros.

Reiteramos que o problema não se centra na gestão. A coalizão conservadora do governo Lula não pode fazer frente a ALCA tendo em si setores que mais ganham que perdem com o acordo comercial. Isto posto, fica óbvio que "a crença dogmática nas virtudes do capital estrangeiro como motor do crescimento deixa o governo Lula cego para a precariedade e vulnerabilidade dessa estratégia de amarrar o desenvolvimento do Brasil ao capital financeiro internacional" (PETRAS e VELTMEYER, 2003, p. 45). Para os autores, aprovada a área de livre comércio, existe a possibilidade de transferência das políticas de comércio e investimento para os EUA, que passariam a gerenciar a privatização e aquisição de serviços e indústrias estratégicas.

Na perspectiva acima, é importante marcar que nem tudo pode ser percebido como econômico; a história não é fruto somente das determinações econômicas. Deve existir um espaço maior para a ação política. Assim, a luz no fim do túnel passa pela política; uma ação política que possa determinar uma nova hegemonia como percebida em Gramsci ao valorizar a política para a realização da vontade coletiva baseada em "um certo complexo de paixões e sentimentos imperiosos". Isto é, existe "uma relativa autonomia do complexo economia frente aos atos individuais" (GRAMSCI apud LESSA, 1993, p. 24).

O Mercosul não se materializa pela falta de um projeto político claro, comum aos seus países-membros, de se tornar uma alternativa à hegemonia dos EUA, ao invés de sucumbir frente aos interesses norte-americanos, ainda que outros blocos, como a União Européia, venham se apresentando para disputar parcerias comerciais e de investimentos. A fragilidade e a não-complementariedade das economias, a falta de políticas comuns, a presença das mesmas empresas estrangeiras nos países do bloco e a instabilidade política predominante na região são fatores importantes que dificultam a institucionalização desse bloco.

O Mercosul contempla situações diversas de desequilíbrio como regionais, populacionais, comerciais, de investimentos e de emprego. As mesmas precisam de estabilidade econômica, que na sua vez também necessitam de um equilíbrio social, isto é, justiça social, sendo este requisito para a estabilidade geral.

Se na relação centro-periferia, à luz de Wallerstein e sua conceituação acerca do sistema-mundo, a condição é cruel, as possibilidades de um desenvolvimento nacional são escassas. O Mercosul apenas como associação de

Estados nacionais é inviável para o desenvolvimento de seus povos. Mas, como união econômica existe uma possibilidade.

Entretanto, temos um impasse. União econômica não se faz enquanto não houverem projetos cooperados, integrados que rompam com o unilateralismo norte-americano. Para esses países terem a propensão de fazer frente a tal quadro, é preciso que se desenvolva uma nova hegemonia a partir do interior de cada país, uma outra composição de forças que possibilitem outra orientação de política econômica que não inviabiliza o Mercosul na política. Esse é o impasse que impossibilita uma consideração conclusiva.

Devemos fugir das expectativas prognósticas da globalização e ampliar as possibilidades de projeção internacional do país, a partir dos que nos circundam, com uma sociedade civil ativa e instituições democráticas fortes. Depositar esperança em instituições supranacionais como tribunais que regulem melhor a gestão do bloco é pular etapas de um processo incompleto.

O mais correto é aceitar e negociar um prazo de implementação razoável que afinal reflita um duradouro progresso interno, proporcionando aos demais países periféricos do sistema oportunidades de crescimento, indo além da retórica cooperativa e solidária, fugindo do simples ruído em direção a nortes bem definidos de desenvolvimento local e inserção internacional. Para isso é imprescindível combater o imperialismo e sua política de unilateralismo, revestida pela falácia do livre-comércio.

Bibliografia

- BERRY, A. *Economic Reforms, Poverty and Income Distribution in Latin America*. Cambridge, 1997.
- BRAUDEL, Ferdinand. *A dinâmica do capitalismo*. Lisboa: Teorema, 1986.
- FIORI, José Luis. Poder global e nação: o debate da esquerda. *Correio Braziliense*, Brasília, 25 jan. 2004. P. 16.
- FURTADO, Celso. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- IANNI, Octavio. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- LESSA, Sérgio. Luckács e o marxismo contemporâneo. Trabalho para qualificação de doutoramento. UFSC, 1993.
- MELLO, Alex Fiúza de. *Mundialização e política em Gramsci*. São Paulo: Cortez, 1996.
- PETRAS, James, VELTMEYER, Henry. Para Onde vai o Brasil? In: *Plural/ Revista APUFSC*. N. 13, ano 9, Dezembro, 2003.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- PREBISH, Raúl. *Estudio Económico de la América Latina*. Montevideo, In: *Revista*

Brasileira de Economia, FGV, 1957.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1999.

VALLADÃO, Alfredo. O século XXI será americano. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 1995.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. A ruína do capitalismo. Folha de São Paulo, São Paulo, 31 nov. 2003. Entrevista concedida a Gustavo Ioschpe.